

**HUMBERTO BARRIONUEVO FABRETTI
GIANPAOLO POGGIO SMANIO**



COMENTÁRIOS AO PACOTE ANTICRIME

**ARTIGO POR ARTIGO
LEI 13.964/2019 E PROMULGAÇÃO DOS VETOS DE 29.04.2021**

Prefácio
Ministro Reynaldo Soares da Fonseca

2^a
edição revista e
atualizada

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 18.05.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
 Copyright © 2021 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
 Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré
 Barueri – SP – 06460-080
 www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

F12c

Fabretti, Humberto Barrionuevo

Comentários ao Pacote Anticrime / Humberto Barrionuevo Fabretti, Gianpaolo Poggio Smanio – 2. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-59-77041-0

1. Brasil. [Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019]. 2. Direito penal – Brasil. I. Smanio, Gianpaolo Poggio. II. Fonseca, Reynaldo Soares. III. Título.

21-71062

CDU: 343.2(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ALTERAÇÕES NA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL	5
1.1 Legítima defesa.....	5
1.1.1 Art. 25, parágrafo único	9
1.2 Pena pecuniária	11
1.2.1 Art. 51, <i>caput</i>	12
1.3 Limite de cumprimento da pena de prisão.....	16
1.3.1 Art. 75, <i>caput</i> e § 1.º	18
1.4 Livramento condicional	20
1.4.1 Art. 83, III.....	24
1.5 Efeitos da condenação	28
1.5.1 Art. 91-A.....	35
1.6 Causas impeditivas da prescrição.....	39
1.6.1 Art. 116.....	41

CAPÍTULO 2 – ALTERAÇÕES NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL	47
2.1 Homicídio	47
2.1.1 Art. 121, § 2.º, VIII	47
2.2 Crimes contra a honra	49
2.3 Roubo	52
2.3.1 Art. 157, § 2.º, VII, e § 2.º-B.....	52
2.4 Estelionato.....	56
2.4.1 Art. 171, § 5.º	56
2.5 Concussão.....	61
2.5.1 Art. 316	61
CAPÍTULO 3 – ALTERAÇÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	63
3.1 Juiz de garantias.....	64
3.1.1 Art. 3.º-A	64
3.1.2 Art. 3.º-B	68
3.1.3 Art. 3.º-C	83
3.1.4 Art. 3.º-D	86
3.1.5 Art. 3.º-E	87
3.1.6 Art. 3.º-F.....	87
3.1.7 Suspensão do juiz das garantias pelo Supremo Tribunal Federal.....	88
3.2 Investigação de agente de segurança	90
3.2.1 Art. 14-A.....	90
3.3 Arquivamento do inquérito policial	96
3.3.1 Art. 28	96
3.3.2 Suspensão pelo Supremo Tribunal Federal.....	99
3.4 Acordo de não persecução penal.....	100
3.4.1 Art. 28-A.....	102
3.5 Perdimento de bens	111
3.5.1 Art. 122	111
3.5.2 Art. 133	112
3.5.3 Art. 124-A.....	113
3.5.4 Art. 133-A.....	113
3.6 Provas ilícitas.....	116
3.6.1 Art. 157	117
3.7 Cadeia de custódia.....	120
3.7.1 Art. 158-A.....	121
3.7.2 Art. 158-B.....	122

3.7.3	Art. 158-C.....	126
3.7.4	Art. 158-D.....	127
3.7.5	Art. 158-E.....	128
3.7.6	Art. 158-F.....	129
3.8	Medidas cautelares.....	129
3.8.1	Art. 282.....	130
3.9	Requisitos da prisão.....	134
3.9.1	Art. 283.....	135
3.10	Prisão sem mandado.....	136
3.10.1	Art. 287.....	136
3.11	Prisão em flagrante.....	137
3.11.1	Art. 310.....	137
3.12	Prisão preventiva.....	144
3.12.1	Art. 311.....	145
3.12.2	Art. 312.....	145
3.12.3	Art. 313.....	150
3.12.4	Art. 315.....	152
3.12.5	Art. 316.....	157
3.13	Prisão automática no Tribunal do Júri.....	160
3.13.1	Art. 492.....	163
3.14	Nulidades.....	167
3.14.1	Art. 564.....	168
3.15	Recurso em sentido estrito.....	169
3.15.1	Art. 581.....	169
3.16	Recursos especial e extraordinário.....	170
3.16.1	Art. 638.....	170
CAPÍTULO 4 – LEI DE EXECUÇÃO PENAL – LEI 7.210/1984.....		171
4.1	Identificação genética.....	172
4.1.1	Art. 9.º.....	172
4.2	Falta grave pela recusa em fornecer material genético.....	177
4.2.1	Art. 50.....	178
4.3	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	179
4.3.1	Art. 52.....	181
4.4	Progressão de regime.....	190
4.4.1	Art. 112.....	190
4.5	Vedação à saída temporária ao condenado por crime hediondo com resultado morte.....	201
4.5.1	Art. 122.....	201

CAPÍTULO 5 – LEI DE CRIMES HEDIONDOS – LEI 8.072/1990	203
5.1 Ampliação do rol de crimes hediondos	203
5.1.1 Art. 1.º	203
5.1.2 Revogação do § 2.º do art. 2.º	212
 CAPÍTULO 6 – LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – LEI 8.429/1992.....	 213
6.1 Acordo de não persecução civil.....	214
6.1.1 Art. 17, § 1.º.....	217
6.1.2 Art. 17, § 10-A.....	217
 CAPÍTULO 7 – LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA – LEI 9.296/1996.....	 219
7.1 Captação ambiental	220
7.1.1 Art. 8.º-A	220
7.1.2 Art. 10-A.....	225
 CAPÍTULO 8 – LEI DE LAVAGEM DE CAPITAIS – LEI 9.613/1998.....	 227
8.1 Possibilidade de utilização de agente infiltrado e ação controlada para investigação de crimes de lavagem	227
 CAPÍTULO 9 – ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI 10.826/2003	 233
9.1 Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	233
9.1.1 Art. 16.....	233
9.2 Comércio ilegal de arma de fogo	236
9.2.1 Art. 17	236
9.3 Tráfico internacional de arma de fogo	238
9.3.1 Art. 18	238
9.4 Causa de aumento de pena.....	239
9.4.1 Art. 18	239
9.5 Banco Nacional de Perfis Balísticos.....	240
9.5.1 Art. 34-A.....	240
 CAPÍTULO 10 – LEI DE DROGAS – LEI 11.343/2006	 241
10.1 Tráfico de entorpecentes.....	241
10.1.1 Art. 33.....	241
 CAPÍTULO 11 – LEI DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL DE SEGURANÇA MÁXIMA – LEI 11.671/2008.....	 245
11.1 Competência federal para execução da pena.....	246

11.1.1	Art. 2.º.....	246
11.2	Regras para inclusão no Sistema Penitenciário Federal de Segurança Máxima.....	248
11.2.1	Art. 3.º.....	248
11.3	Tempo de permanência no sistema penitenciário federal de segurança máxima.....	251
11.3.1	Art. 10.....	251
11.4	Competência da Vara da Execução Federal e julgamento colegiado...	253
11.4.1	Art. 11-A.....	253
11.4.2	Art. 11-B.....	254
CAPÍTULO 12 – LEI DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL – LEI 12.037/2009.....		255
12.1	Coleta de dados para perfil genético.....	257
12.1.1	Art. 7.º-A.....	257
12.2	Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais.....	258
12.2.1	Art. 7.º-C.....	258
CAPÍTULO 13 – LEI DE COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – LEI 12.694/2012.....		263
13.1	Varas Criminais Colegiadas.....	264
13.1.1	Art. 1.º-A.....	265
CAPÍTULO 14 – LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – LEI 12.850/2013.....		269
14.1	Líderes de organizações criminosas armadas ou com armas disponíveis.....	269
14.1.1	Art. 2.º.....	269
14.2	Colaboração premiada.....	271
14.2.1	Art. 3.º-A.....	273
14.2.2	Art. 3.º-B.....	273
14.2.3	Art. 3.º-C.....	275
14.2.4	Art. 4.º, § 4.º.....	277
14.2.5	Art. 4.º, § 4.º-A.....	278
14.2.6	Art. 4.º, § 7.º.....	279
14.2.7	Art. 4.º, § 7.º-A.....	280
14.2.8	Art. 4.º, § 7.º-B.....	281
14.2.9	Art. 4.º, § 8.º.....	281
14.2.10	Art. 4.º, § 13.....	283
14.2.11	Art. 4.º, § 16.....	283

XXIV Comentários ao Pacote Anticrime – *Humberto Barrionuevo Fabretti e Gianpaolo Poggio Smanio*

14.2.12	Art. 4.º, § 17.....	284
14.2.13	Art. 4.º, § 18.....	285
14.2.14	Art. 5.º.....	285
14.2.15	Art. 7.º, § 3.º.....	286
14.3	Do agente infiltrado virtual.....	287
14.3.1	Art. 10-A.....	287
14.3.2	Art. 10-B.....	289
14.3.3	Art. 10-C.....	289
14.3.4	Art. 10-D.....	290
14.3.5	Art. 11, parágrafo único.....	290
CAPÍTULO 15 – LEI DO DISQUE DENÚNCIA – LEI 13.608/2018.....		293
15.1	<i>Whistleblower</i>	293
15.1.1	Art. 4.º-A.....	294
15.1.2	Art. 4.º-B.....	294
15.1.3	Art. 4.º-C.....	295
CAPÍTULO 16 – COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – LEI 8.038/1990.....		297
16.1	Acordo de não persecução em competência originária.....	297
16.1.1	Art. 1.º.....	297
CAPÍTULO 17 – FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – LEI 13.756/2018.....		299
17.1	Fontes de custeio.....	299
17.1.1	Art. 17.....	299
CAPÍTULO 18 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI 1.002/1969.....		303
REFERÊNCIAS.....		305